

GUERRA REVOLUCIONÁRIA: A INFLUÊNCIA FRANCESA NA DOCTRINA DE CONTRA INSURREIÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO - 1959-1975

REVOLUTIONARY WAR: THE FRENCH INFLUENCE IN THE DOCTRINE AGAINST INSURRECTION OF THE BRAZILIAN ARMY - 1959-1975

ADOLFO CAETANO NETTO*

Resumo: Neste trabalho pretende-se demonstrar que, quando os eventos de 1968 estavam acontecendo, o Exército Brasileiro tinha desenvolvido, desde a década de 1950, todo um arcabouço doutrinário para compreender a Guerra Fria e o lugar do Brasil neste conflito. Acreditando que o país deveria se preparar para um eventual conflito interno provocado pela infiltração comunista, o Exército lançou um manual militar que visava entender e enfrentar supostas ameaças de uma revolução comunista no país. O artigo se propõe a analisar essa fonte, produzida durante um período de convulsão política e social marcado por fortes contestações ao regime militar e que testemunhou o posterior recrudescimento da ditadura e dos grupos de luta armada.

Palavras-chave: Guerra Revolucionária; Guerra Fria; Exército Brasileiro

Abstract: This paper intends to demonstrate that, when the events of 1968 were happening, the Brazilian Army had developed, since the 1950s, a whole doctrinal framework to understand the Cold War and the place of Brazil in this conflict. Believing that the country should prepare for an eventual internal conflict provoked by communist infiltration, the Army launched a military manual aimed at understanding and facing alleged threats of a communist revolution in the country. The article proposes to analyze this source, produced during a period of political and social upheaval, marked by strong contestations to the military regime, and that witnessed the later upsurge of the dictatorship and the groups of armed struggle.

Keywords: Revolutionary War; Cold War; Brazilian Army

Artigo recebido em 14 de outubro de 2018 e aprovado para publicação em 09 de novembro de 2018.

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, bolsista da FUPF (adolfocaetanonetto@gmail.com).

Introdução

A recente polarização política por que passa o país parece demonstrar que, mesmo passado mais de meio século do golpe de 1964, o regime militar marcou profundamente a memória do Brasil. Têm-se de um lado pessoas pedindo intervenção militar, mostrando saudosismo de um período que, supostamente, seria menos corrupto e mais seguro, e do outro lado, grupos com palavras de ordem anunciando golpes de estado. Independente da visão que se tenha, o regime militar brasileiro deixou uma marca indelével na história do país.

Não se poderia deixar de apontar que o regime militar e a resistência a este, principalmente a partir de 1968, foram influenciados pelos eventos desse ano. A radicalização dos movimentos sociais em protestos à ditadura e a reação desta são parte desse contexto de contestação pelo qual passava o mundo.

Os protestos, a resistência, a luta armada, foram muito estudados pelas ciências sociais. Já os militares, que controlavam o país e foram responsáveis pela repressão e pela reação, ainda são pouco analisados. Para Marcos Napolitano¹ a historiografia se debruça sobre o estudo do regime militar apenas enfocando majoritariamente os movimentos de resistência, principalmente a guerrilha de esquerda. Os militares do regime, suas formas de pensamento, estrutura e organização de suas instituições ainda são foram estudadas, deixando amplas possibilidades de produção historiográfica.

Conforme Fico, militar possui suas peculiaridades. Boa parte dela foi feita no contexto da chegada da História

². Assim, os historiadores:

[...] buscaram uma estratégia cognitiva (mais do que uma perspectiva teórico-conceitual) que enfatizasse o indivíduo, seu cotidiano, suas emoções, sua

relativos à ditadura militar, mas sobre todo o escopo de estudos históricos aqui e alhures.³

¹ NAPOLITANO, M. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica. *Contemporânea*, Montevideo, v. 2, n. 2, 2011. Disponível em <http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2012/07/Napolitano.pdf> (Acesso em abril de 2017).

² FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p.39.

³ *Ibidem*, p.40.

Concomitante a isso, os historiadores têm [...] em mente o grande impacto que já vai causando a abertura de acervos de documentos sigilosos diretamente produzidos pelos sucessivos governos militares ⁴.

Para melhor compreender o contexto do regime militar é necessário analisar todos os aspectos da sociedade da época, o que inclui os militares, atores históricos ativos das ações que levaram à instalação de um governo autoritário, procurando analisar a visão de mundo das Forças Armadas e suas doutrinas militares, bem como as ações adotadas a partir destas, possibilitando novas interpretações para esse período tão conturbado.

O contexto do pós-guerra

O fim da Segunda Guerra Mundial provocou a bipolarização mundial, com um bloco ocidental e capitalista capitaneado pelos Estados Unidos, EUA, e outro de nações socialistas lideradas pela União Soviética, URSS. As duas superpotências iniciaram um período de confronto indireto, a Guerra Fria, que perdurou até a década de 1990, caracterizado por intensa corrida tecnológica e militar, em que cada potência tentava superar a rival em desenvolvimento técnico e poderio bélico, principalmente no número de armas nucleares.

O desenvolvimento dessas armas deu origem à *deterrence*⁵, ou Equilíbrio do Terror, em que uma potência tentava contrabalançar o poderio nuclear do inimigo, levando este a se fortalecer com um número maior de artefatos nucleares. Esse equilíbrio baseava-se na suposição de que um ato de agressão, mesmo sem armas atômicas, provocaria a retaliação nuclear do agredido, levando à resposta nuclear do agressor e provocando uma hecatombe mundial. Por isso as duas potências sempre procuraram evitar o risco de um confronto direto que levaria à escalada nuclear.

A impossibilidade de confronto direto levou a disputas chamado Terceiro Mundo⁶, no qual o Brasil era enquadrado. Essas disputas entre EUA e URSS e, posteriormente, a China aconteciam por meio de intervenções nesses países, através de apoio político, financeiro e militar (através de fornecimento de armamento), ou através de intervenção direta, como invasões, caso das Guerras do Vietnã (1955-1975) e do Afeganistão (1979-1989).

⁴ *Ibidem*, p.41.

⁵ Dissuasão nuclear: para melhor compreensão sobre o assunto ler TINTO, 2011.

⁶ Para melhor compreensão da relação entre o Terceiro Mundo e movimentos revolucionários, consultar HOBBSAWM, E. O Terceiro Mundo. In: _____. *A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Também no pós-guerra ocorreu uma proliferação de regimes socialistas na Ásia, África e América, muitos deles associados a movimentos revolucionários marxistas, em nações pobres e possessões coloniais das potências europeias, tais como na Indochina Francesa, Argélia, Cuba, Iugoslávia, entre outros.

No contexto brasileiro, o Estado Novo de Getúlio Vargas chega ao fim em 1945, após intervenção dos ministros militares. Para Martins Filho, parte integrante e indissociável do poder político desde 1930 e, principalmente, depois de 1937⁷. Anteriormente fiadoras do poder de Vargas, as Forças Armadas não se furtaram a apeá-lo do poder no momento oportuno. Assim, os militares -se amiúde na política: de proclamações a manifestos, de revoltas a ultimatos, de intervenções pontuais a pressões de gabinetes, homens em armas estiveram entre as principais eminências, pardas ou não, da República⁸.

O período seguinte, marcado pelo desenvolvimento das instituições democráticas brasileiras, foi predominantemente de governos com políticas trabalhistas, a exemplo da eleição do próprio Vargas em 1950. Mas a atuação de grupos políticos de esquerda era vista com desconfiança pelas Forças Armadas, pois estas eram fortemente anticomunistas desde o Estado Novo, já que a propaganda anticomunista precede em muito a ditadura militar⁹. No contexto da Guerra Fria, o trabalhismo era associado ao comunismo e a resistência dos militares a políticos trabalhistas acentuou-se. Nesta visão de mundo marcada pelo anticomunismo visceral, qualquer projeto político que mobilizasse as massas trabalhadoras, ainda que a partir de reivindicações justas, poderia ser a porta de entrada para a¹⁰.

A renúncia de Jânio Quadros em 1961 agravou a situação. O seu vice, João Goulart, era considerado perigoso pela maioria dos militares, devido ao seu discurso social e trabalhista, apoiado pela esquerda brasileira. Sob pressão militar, a solução encontrada foi a instituição do parlamentarismo e restrição dos poderes presidenciais. O retorno do presidencialismo em 1963, com a radicalização dos discursos pró e contra o governo, aprofundou a crise política. Goulart,

⁷ MARTINS FILHO, J. R. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.103.

⁸ CHIRIO, M. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p.7.

⁹ FICO, *Op. cit.*, p.39.

¹⁰ NAPOLITANO, M. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014, p.7.

com projetos de reforma social, aproximou-se ainda mais dos movimentos de esquerda, deixando os militares cada vez mais refratários a ele. Em 1964, ocorre sua deposição, seguida da instalação do regime militar.

Afinal, o que motivou os militares a conspirar contra seu Comandante-em-Chefe? Quais pensamentos guiaram esses oficiais que agiram totalmente contrários aos princípios que lhe eram tão caros, a hierarquia e a disciplina? O que se passava nas cabeças do Exército? O que fez as Forças Armadas derrubarem o governo e permanecerem décadas governando, em vez de entregar o poder aos civis, como aparentemente era comum às intervenções militares no Brasil?

O Exército em busca de uma nova doutrina

Existe no meio acadêmico uma confusão entre o que é doutrina, ideologia e doutrina militar. Para Martins Filho¹¹, essa confusão aparentemente está relacionada com a obra *A Ideologia da Segurança Nacional*¹², escrita por Joseph Comblin e publicada em 1977, tratando-se de um estudo sobre as ideologias que caracterizavam os regimes militares sul-americanos, e que influenciou a historiografia sobre o regime militar. O texto é uma narrativa que acaba por militares dos anos de 1960 e 1970¹³. Ainda segundo Martins Filho, a raiz dessa confusão estaria na própria indistinção, presente no livro de Comblin, entre ideologia e doutrina¹⁴.

Não sendo do escopo deste trabalho uma análise semântica entre os conceitos ideologia e doutrina, dar-se-á tão somente a conceitualização do que é doutrina militar. Segundo o Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), subordinado ao Ministério da Defesa:

As doutrinas representam uma exposição integrada e harmônica de ideias e entendimentos sobre determinado assunto, com a finalidade de ordenar linhas de pensamentos e orientar ações. Podem ser explícitas ou implícitas. Explícitas, quando formalizadas em documentos, e implícitas, quando praticadas de acordo com costumes e tradições.¹⁵

¹¹ MARTINS FILHO, J. R. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, jun. 2008.

¹² COMBLIN, J. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

¹³ *Ibidem*, p.39.

¹⁴ *Ibidem*, p.40.

¹⁵ BRASIL. Ministério da Defesa. Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais. *Doutrina Militar de defesa*. 2ª. ed. Brasília, Ministério da Defesa, 2007, p.11.

Especificamente sobre o conceito de doutrina militar, o EMCFA define:

As doutrinas militares compreendem o conjunto harmônico de ideias e de entendimentos que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização, preparo e emprego das FA [**Forças Armadas**]. Dentro dessa visão, as doutrinas militares englobam a administração, a organização e o funcionamento das instituições militares.¹⁶

Portanto, para os militares, a doutrina militar vai para além de normas e regulamentos. Além de regulamentar o funcionamento das Forças Armadas, como equipamentos, hierarquia, regras disciplinares, normas táticas e estratégicas, a doutrina militar entraria em um campo mais subjetivo, tentando dar unidade e coesão às formas de pensamentos dos militares, instituindo uma força unida e disciplinada, criando um *ethos*.

Até o final da Segunda Guerra, os militares brasileiros buscaram modelos de doutrinas militares em forças estrangeiras, tentando aplicar esses moldes às forças nacionais. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra, a doutrina militar que mais influenciou os militares brasileiros foi de orientação norte-americana, o que persistiu com o pós-guerra, até o início da década de 1950, quando as Forças Armadas Brasileiras começaram a se preocupar com o tipo de guerra que o Brasil enfrentaria nesse mundo surgido na Guerra Fria. Destarte, os militares brasileiros estavam começando a pensar no desenvolvimento de uma nova doutrina militar que os orientasse de maneira eficiente em um eventual conflito.

Em 1949 foi fundada a Escola Superior de Guerra (ESG), partir do modelo norte-americano da National War College [...] ¹⁷, responsável pelos estudos estratégicos e doutrinas seguidas pelas Forças Armadas Brasileiras. brasileiro, reestruturado no interior das Forças Armadas e erigido por intelectuais militares na Escola Superior de Guerra, tornou-se o principal elemento da ideologia do exército a partir de 1950 [...] ¹⁸. Apesar da criação de uma instituição dedicada ao desenvolvimento intelectual militar orgânico às Forças Armadas Brasileiras, a influência estrangeira não desapareceu.

A criação da ESG é crucial, pois nela estudam a maioria dos oficiais superiores¹⁹, que assumem cargos de Estado-Maior e podem chegar ao generalato e dela saíram os comandantes militares que ajudaram a orquestrar o golpe de 1964. É também onde o alto oficialato desenvolve

¹⁶ *Ibidem*, p.12.

¹⁷ OLIVEIRA, A. M. O pensamento geopolítico na construção da doutrina das Forças Armadas brasileiras (1945-1964). In: *Anais Eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História*, Florianópolis, 2015, p.3.

¹⁸ *Ibidem*, p.7.

¹⁹ Majores, tenentes-coronéis e coronéis.

os estudos que serviram de orientação ao desenvolvimento das doutrinas militares a partir da segunda metade do século XX. Dessa maneira, as formas de pensamento que permearam e se consolidaram dentro do Exército estão relacionadas com a ESG, já que as doutrinas militares que são desenvolvidas a partir dessa instituição aplicar-se-ão aos escalões subalternos da força, norteando inclusive o treinamento da tropa. Em uma análise concisa, dentro dessa instituição, hegemônica tinha como alvo principal cimentar a unidade institucional [...] ²⁰, quiçá filtrando ideologias indesejadas. Ainda, para além de uma escola puramente militar, a ESG se mostrava econômicos ²¹.

Os militares brasileiros até a Segunda Guerra Mundial se preparavam para enfrentar uma ameaça que lhes era mais palpável, o inimigo externo, visto como um Exército estrangeiro. Com a Guerra Fria, o foco da estratégia militar das potências seria a guerra nuclear, e os militares brasileiros não reconheciam essa forma de guerra como viável ao Brasil. A possibilidade de guerra estrangeira, contra exércitos de outros países, também parecia cada vez mais remota nos cenários onde o Brasil porventura pudesse se envolver em um conflito. A partir desse período, o Exército procura um norte para sua estratégia de guerra para enfrentar as ameaças potenciais ao Brasil, e vai buscar essa inspiração em outros lugares, que não os Estados Unidos.

O surgimento da doutrina de Guerra Revolucionária

A partir da década de 1950, eclodiram conflitos revolucionários, na maioria associados a processos de independência em diversas possessões coloniais europeias, como a Indochina Francesa, Birmânia e Argélia, muitos deles de caráter marxista.

Preocupações para entender as revoluções e os confrontos relacionados a elas sempre existiram entre os militares, mas a moderna definição de Guerra Revolucionária começa a tomar forma a partir da Segunda Guerra Mundial, juntamente com diversos movimentos guerrilheiros que, concomitante à resistência ao invasor alemão, lutavam para instalar regimes de caráter socialista apoiados pela União Soviética, como foi o caso da Iugoslávia. Shy e Collier indagam:

Por que a importante ramo do pensamento militar, só emergiu na segunda metade do século é uma questão complexa. A pergunta correlata

²⁰ MARTINS FILHO, 2008, *Op. cit.*, p.108.

²¹ *Ibidem.*

por que o assunto não pareceu nem importante, nem foi claramente definido até 1941 alerta-nos contra a fácil aceitação de respostas óbvias. A Segunda Guerra Mundial disparou e catalisou um grande número de revoltas e levantes revolucionários, cujos resultados e sequelas continuam mudando o mundo.²²

Uma conceitualização mais atualizada e utilizada por historiadores militares é:

A -se à tomada do poder pelo uso da força armada. Nem todo mundo aceita definição tão simples, e a expressão de fato, tem outras conotações: que a tomada do poder se dá por um movimento político do povo ou de uma base ampla; que tal tomada abarca um período de tempo razoavelmente longo de conflito armado; e que o poder é assumido para que seja levado a efeito um programa social e político bastante difundido. A expressão também implica alto grau de conscientização sobre objetivos e métodos, uma conscientização de que uma guerra nária travada.²³

Segundo Lawrence Stone a GR é explicada da seguinte forma:

[...] há a insurreição de massa militarizada, um novo fenômeno do século XX, que consiste numa guerra revolucionária de massa conscientemente planejada e guiada por uma elite devotada à causa. O resultado da guerra de guerrilha pelas atitudes políticas e não pela estratégia ou pelo material militar, uma vez que os rebeldes dependem de uma ampla sustentação popular. Em todos os casos registrados, a ideologia que atrai o apoio das massas tem sido uma combinação de nacionalismo xenófobo com marxismo, com uma insistência muito maior no primeiro. Este tipo de luta ocorreu na Iugoslávia, China, Argélia e Vietnã.²⁴

As revoluções do pós-guerra provocaram um alerta aos exércitos ocidentais sobre a possibilidade de expansão do grande inimigo do Ocidente: o Comunismo. É nesse contexto de convulsão política, com o *status-quo* das potências mundiais europeias sendo solapado pelos movimentos revolucionários, que começa a surgir uma nova doutrina militar francesa: a *Guerre Révolutionnaire*²⁵. Os militares franceses realizaram estudos estratégicos a partir dos anos 1950, baseados nas experiências de combate da Guerra da Indochina, onde foram derrotados pelos revolucionários, e na Revolução Argelina, na época ainda em plena ação. É preciso entender que o estudo da Guerra Revolucionária pelos franceses não visava à implantação desta às estratégias

²² SHY, J. ; COLLIER, T. W. Guerra Revolucionária. In: PARET, Peter. *Construtores da estratégia moderna*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001, p.468.

²³ *Ibidem*, p.470.

²⁴ STONE, L. *Causas da revolução inglesa: 1529-1642*. Bauru: EDUSC, 2000, p.44.

²⁵ Do francês, Guerra Revolucionária.

de suas Forças Armadas, mas compreender esse modo de guerra e desenvolver uma doutrina militar para combater os movimentos revolucionários de caráter socialista que assolavam seus domínios coloniais. Pode-se dizer então que:

Nesse quadro, a nova doutrina oferecia um diagnóstico e um remédio para aquilo que um influente grupo de militares de carreira franceses via como a doença principal do mundo moderno – a falência do Ocidente em enfrentar o desafio da subversão comunista atea.²⁶

A partir da primeira metade da década de 1950, o Exército Francês começou a desenvolver e aplicar a nova doutrina militar nos conflitos de seus territórios coloniais, principalmente na Argélia, onde houve a aplicação de métodos pouco ortodoxos de combate ao inimigo, como tortura e desaparecimento de suspeitos e guerrilheiros, em meio a denúncias contra o comando de operações da Argélia vindas da metrópole²⁷.

A Guerra Revolucionária e o Exército Brasileiro

Os estudos franceses de *Guerre Révolutionnaire* chegaram à ESG na segunda metade dos anos 1950 através de artigos escritos por oficiais franceses que enfrentavam os movimentos rebeldes nas colônias francesas da Ásia, publicados em periódicos militares, traduzidos e lidos por oficiais brasileiros. A principal publicação desse tipo era a revista *Revue Militaire* d²⁸, publicada pelo Ministério das Forças Armadas Francesas. Livros também eram leitura dos oficiais brasileiros e o mais influente desse período é *Les Guerres Insurrectionnelles et Révolutionnaires*²⁹, de 1958, do coronel francês Gabriel Bonnet, publicado no Brasil em 1963³⁰.

O assunto ao qual estas obras se dedicavam, a doutrina de Guerra Revolucionária, parecia servir perfeitamente para o cenário que os militares brasileiros enxergavam, o perigo de um conflito interno nos moldes da China e Indochina e Cuba, contra um inimigo interno, o revolucionário marxista. Segundo manual militar brasileiro do período, publicado a partir de palestra realizada na ESG, pelo então Coronel Frago³¹,³² é,

²⁶ SHY; COLLIER, *Op. cit.*, p.852.

²⁷ Para melhor compreensão do assunto, ver DUARTE-PLON, L. *A tortura como arma de guerra: da Argélia ao Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

²⁸ Do francês, *Revue Militaire de Informação*.

²⁹ Do francês, *As Guerras Insurrecionais e Revolucionárias*.

³⁰ BONNET, G. *As guerras insurrecionais e revolucionárias*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1963.

³¹ BRASIL. Estado Maior das Forças-Armadas. Frago, A. *Introdução ao estudo da Guerra Revolucionária*. Rio de Janeiro, 1959, p.5. Disponível em <http://www.arqanalagoa.ufscar.br> (Acesso em março de 2016).

pode-se dizer, a única existente. A bibliografia de origem norte-americana não deu até agora ao assunto a importância merecida [...] . Para Martins Filho:

Em exércitos como os da Argentina e do Brasil nos anos de 1950, envolvidos cada um à sua maneira na criação de uma ideologia militar abrangente e ambiciosa, caía como luva o exemplo francês dos intelectuais militares que pensavam por conta própria, em pé de igualdade com seus colegas e aliados civis, que de resto nunca faltaram.³³

A citação do Coronel Fragozo contradiz ainda a afirmação, comum nos meios acadêmicos, de que as mudanças doutrinárias do Exército, a partir da década de 1950, teriam origem na política norte-americana para a América Latina. Esse equívoco aparentemente está relacionado com o já citado livro de Comblin, *Ideologia da Segurança Nacional* .

As conclusões da pesquisa permitem verificar [que] a existência e a aplicação dessa ideologia não pertencem apenas à América Latina. Muito pelo contrário, é surpreendente constatar a existência de uma espécie de ala do pensamento militar francês; (encontramos assim, na América Latina, numerosas traduções de obras escritas pelos generais Beaufre ou Bonnet, e pelos coronéis Tinquier ou Chateau Jobert), pensamento que é uma herança da guerra da Argélia, a doutrina americana de guerra revolucionária e a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional nos países que fazem parte do império americano, do mesmo modo como os da América Latina.³⁴

É curioso que o próprio Comblin pontua rapidamente a existência do pensamento francês de *Guerre Révolutionnaire*, mas afirma que mesmo esse é originariamente norte-americano. Na sequência, Comblin decreta que Estados Unidos. É nos Estados Unidos que os oficiais dos exércitos aliados aos EUA aprenderam na³⁵.

A fixação de Comblin em provar que as doutrinas militares desenvolvidas nos países latino-americanos nas décadas de 1960 eram norte-americanas e exportadas prontas para os países alinhados aos Estados Unidos influenciou a produção historiográfica sobre o assunto. Essa influência ainda é significativa sendo percebida na historiografia recente sobre o assunto, que ignora a *Guerre Révolutionnaire* francesa e sua congênere brasileira, como atestado em Napolitano:

³² Guerra Revolucionária.

³³ MARTINS FILHO, 2008, *Op. cit.*, p.42.

³⁴ COMBLIN, *Op. cit.*, p.14.

³⁵ *Ibidem.*

Desde 1947, boa parte das elites militares e civis no Brasil estava alinhada ao mundo
o pelos Estados Unidos contra a suposta

soviética

territórios privilegiados da Guerra Fria. Este pensamento, alinhado à comunismo, foi fundamental para delinear as linhas gerais da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), propagada pela Escola Superior de Guerra. A DSN surgiu no segundo pós-guerra, sintetizada pelo Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, e tem suas origens na Doutrina de Contenção do Comunismo internacional, também conhecida como Doutrina Truman [...].³⁶

É incontestável o apoio dos EUA³⁷ às Forças Armadas Brasileiras, através de armamento e assessoria. Porém, nossos oficiais procuravam um modelo de doutrina militar diverso do norte-americano, pois perspectiva da guerra nuclear, o comunismo flanqueava as defesas do Ocidente a partir do Sul [...] ³⁸, a doutrina francesa parecia ser suficientemente adaptável para o contexto brasileiro no enfrentamento ao inimigo interno comunista. Além disso, os EUA só começaram a planejar uma doutrina contrarrevolucionária no Governo Kennedy, com a vitória da Revolução Cubana:

Enfim, o impacto da vitória guerrilheira em Cuba sobre os grupos revolucionários da América Latina forneceu os elementos adicionais para o quadro que possibilitou a elevação da teoria da contra-insurreição (counter-insurgency) ao primeiro plano da política de hegemonia militar dos EUA, a partir do governo Kennedy.³⁹

É contrastante que o pensamento doutrinário francês seja tão preponderante tendo em vista os números de alunos militares brasileiros nos cursos das academias militares norte-americanas e francesas. Araujo diz que:

Desde o final da Segunda Guerra mundial, o número total de oficiais brasileiros estagiários do Exército estadunidense é estimado a 3993 (ROBIN: 2004). Grande parte desses oficiais são (*sic*) antigos alunos da MMF. Em compensação, somente 48 oficiais completam suas formações na França.⁴⁰

³⁶ NAPOLITANO, 2014, *Op. cit.*, p.10

³⁷ Estados Unidos da América.

³⁸ SHY; COLLIER, *Op. cit.*, p.852.

³⁹ MARTINS FILHO, J. R. As políticas militares dos EUA para a América Latina: 1947-1989. *Teoria & Pesquisa*, São Carlos, v. 1, n. 46, 2005, p.115.

⁴⁰ ARAUJO, R. N.; MARIN, R. Guerra Revolucionária: afinidades eletivas entre oficiais brasileiros e a ideologia francesa (1957-1972). In: D ; et al. (Orgs). *Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas* I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED). Campinas: Mercado das Letras, 2008.

Demonstrando o que deveria, contraditoriamente, ser uma ascendência do pensamento militar norte-americano, Araujo diz:

Pour la période 1947-1974, nous avons dénombré 52 Brésiliens diplômés de l'école supérieure de guerre de Paris ou de l'école supérieure française, dont les deux-tiers entre 1958 et 1974, avec des interruptions pendant les années 1961-1963 et 1964-1966. Au moment de la plus grande effervescence autour des applications de la doctrine de la guerre révolutionnaire à Alger, dans les années 1957-1958, sept lieutenants-colonels et colonels brésiliens suivent une année d'études en France.⁴¹

Os oficiais franceses já se preocupavam com a Guerra Revolucionária ainda durante os anos 1950, antes do início da Revolução Cubana, aplicando seus métodos de contra insurgência, desenvolvidos a partir do conflito da Indochina, na Revolução Argelina. Os próprios militares brasileiros já discutiam o assunto em 1959. Portanto, o Exército Brasileiro criou uma doutrina militar inspirada na experiência francesa, para combater a ameaça que ele percebia surgir para a Segurança Nacional do Brasil, o inimigo interno comunista.

É incontestável o apoio dos EUA às Forças Armadas Brasileiras, através de armamento e assessoria, porém nossos oficiais procuravam um modelo de doutrina militar diverso do norte-americano, pois, na perspectiva da guerra nuclear, o comunismo flanqueava as defesas do Ocidente a partir do Sul [...] ⁴², e a doutrina francesa parecia ser suficientemente adaptável para o contexto brasileiro no enfrentamento do inimigo interno comunista. Além disso, os EUA só começaram a planejar uma doutrina contrarrevolucionária no Governo Kennedy, com a vitória da Revolução Cubana.

Enfim, o impacto da vitória guerrilheira em Cuba sobre os grupos revolucionários da América Latina forneceu os elementos adicionais para o quadro que possibilitou a elevação da teoria da contra-insurreição (counter-insurgency) ao primeiro plano da política de hegemonia militar dos EUA, a partir do governo Kennedy.⁴³

⁴¹ ARAÚJO, R. N. L-art français de la guerre. Transferts de la doctrine de la guerre révolutionnaire au Brésil (1958-1974). *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, n. 70, pp. 39-58, 2012. Tradução livre: Para o período 1947-1974, contamos com 52 brasileiros diplomados na Escola Superior de Guerra de Paris ou de outro instituto militar francês, dos quais dois terços entre 1958 e 1974, com interrupções durante os anos 1961-1963 e 1964-1966. No momento de maior efervescência em torno das aplicações da doutrina de guerra revolucionária em Argel, no inverno de 1957, sete tenentes-coronéis e coronéis brasileiros participam de um ano de estudos em Paris.

⁴² SHY; COLLIER, *Op. cit.*, p.852.

⁴³ MARTINS FILHO, 2005, *Op. cit.*, p.115.

A aproximação do pensamento doutrinário militar brasileiro com aquele vigente no Exército Francês aparentemente contribuiu para o desenvolvimento de uma lógica própria dentro das Forças Armadas, principalmente no Exército Brasileiro. A adoção da doutrina de Guerra Revolucionária provocou forte mudança doutrinária no Exército a partir do final dos anos 1950. A partir desta visão de mundo marcada pelo anticomunismo visceral, qualquer projeto político que mobilizasse as massas trabalhadoras, ainda que a partir de reivindicações justas, poderia ser a porta de entrada para a ⁴⁴. Se antes os movimentos de esquerda eram vistos com desconfiança, começou-se a enxergar um risco real da revolução marxista no Brasil, afirmando-se que ⁴⁵ -se considerar já existente no Brasil o estado pré-revolucionário ⁴⁵.

Manual de Campanha C 100-20: Guerra Revolucionária

Para compreender melhor a doutrina militar adotada pelo Exército durante o regime militar, utilizou-se como fontes documentos gerados pelo Exército. Seria tolice acreditar que este artigo poderia esgotar essas fontes ou os assuntos relacionados a elas, e não é do escopo deste trabalho fazê-lo, pretendendo-se mostrar possibilidades e problemáticas que se abrem com fontes semelhantes para compreensão do assunto. Este trabalho se restringirá a uma análise inicial do documento C 100-20 Manual de Campanha: Guerra Revolucionária ⁴⁶. Trata-se de um texto publicado pelo Estado-Maior do Exército em 1968, desenvolvido a partir dos estudos realizados na ESG, com orientações à contra-insurgência e combate à infiltração de movimentos revolucionários. A circulação era restrita aos meios militares (orientação grafada na capa do exemplar disponível) e dirigida, aparentemente, aos oficiais superiores das unidades militares, apresentando a doutrina militar de Guerra Revolucionária, desenvolvida para a realidade do Exército Brasileiro a partir do final da década de 1950. Era a partir do manual C 100-20 que as

⁴⁴ NAPOLITANO, 2014, *Op. cit.*

⁴⁵ BRASIL. 1959, *Op. cit.*, p. 48. Sobre os estágios da revolução, Fragoso diz que o período pré-revolucionário se refere ao momento em que os infiltrados comunistas estão preparando a eclosão do movimento, utilizando-se para tanto, das estruturas legais que o estado democrático permite, como greves, manifestações e a eleição de membros revolucionários para cargos eletivos, assim como propaganda contra o sistema, usando meios de comunicação disponíveis, preparando para o período seguinte, o período revolucionário, onde se iniciariam as ações violentas e a luta armada, propriamente dita.

⁴⁶ BRASIL. Ministério do Exército. *Manual de campanha: Guerra Revolucionária*. Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 1968.

instruções a oficiais de unidades militares como batalhões eram planejadas, sendo que praças⁴⁷ eram treinados a partir dessas instruções.

É interessante pensar nas permanências da Guerra Fria nas Forças Armadas, mesmo após a Redemocratização. Verificou-se que o manual C 100-20 só deixou de constar como material de instrução do Exército em 2003, como atesta o Boletim N° 29/2003⁴⁸.

As folhas iniciais parecem indicar que exemplares do manual C 110-20 foram distribuídos a todas as unidades do Exército, evidenciando que existiam diretrizes para uniformizar as ações de contra insurgência em todo o território nacional. Se no final dos anos 1950 o Exército procurava desenvolver uma doutrina militar contrarrevolucionária, em 1968 essa doutrina já estava plenamente desenvolvida e em aplicação por toda a força.

O manual é uma produção bastante técnica, não se tratando de uma peça panfletária. Porém, o tecnicismo do texto não isenta a fonte de ter grande teor ideológico e anticomunista, algo que pode ser constatado em diversas passagens, como já exemplifica a contracapa: GUERRA REVOLUCIONÁRIA (*sic*) leva o perigo comunista ao umbral de cada casa, e a última frente se situa no espírito de cada cidadão ⁴⁹.

O texto inicia-se demonstrando que os militares tinham consciência do contexto da Guerra Fria dizendo que -se com duas grandes correntes ideológicas, o comunismo e a democracia, as quais colocam seus adeptos em posições antagônicas ⁵⁰, e os lados envolvidos no confronto seriam formados por nações democráticas, alinhadas aos EUA, e por nações comunistas, alinhadas à URSS e à China, associando assim as ditaduras com estas duas últimas potências.

A necessidade que os militares tinham em entender a Guerra Revolucionária se devia por esta ser considerada a estratégia utilizada para a infiltração comunista, sendo particularmente adequada à conquista dos países subdesenvolvidos ou povos que anseiam por sua emancipação política ⁵¹. Procurava-se diferenciar guerras convencionais ou regulares de guerras revolucionárias; enquanto aquelas

⁴⁷ Soldados, cabos e sargentos.

⁴⁸ BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. *Boletim do Exército n° 29/2003*. Brasília: Ministério da Defesa, 2003.

⁴⁹ BRASIL, 1968, *Op. cit.*, contracapa.

⁵⁰ *Ibidem*, p.1.

⁵¹ *Ibidem*, p.2.

extremamente variáveis no campo militar [...] ⁵², a GR [Guerra Revolucionária], como qualquer conflito irregular, fugia das convenções do campo de batalha. Se no conflito regular existia um inimigo definido, um Exército estrangeiro, na GR esse inimigo era invisível e interno, na figura de consciente [...] ⁵³. O perigo vinha da dificuldade de identificar o potencial rebelde, já que ele estava imerso em meio à massa da população, sendo parte desta inclusive.

Aparentemente, um dos grandes temores dos militares era que a população aderisse ao anseio revolucionário. No entendimento do Exército, o objetivo dos revolucionários não era o território, mas a conquista e o controle da população ⁵⁴, número de estudantes, intelectuais e religiosos, em adesão às vezes incauta, às vezes consciente, tem maior possibilidade de iludir parte da população civil e conduzi-la às ações da GR [...] ⁵⁵, visando o total do poder, com base na participação ativa da população revoltada[...] ⁵⁶. O objetivo da revolução deixa de ser o território, o espaço geográfico, passando a ser bem como a conquista da população [...] ⁵⁷, não como alvo a ser ferido mas para ganhar sua confiança e apoio procurando destituir o governo, a fim de estabelecer um regime social por outro inteiramente diverso ⁵⁸. Levando-se em conta as mobilizações de 1968, na lógica da caserna, o risco de se perder o controle ideológico da população era palpável.

Os meios de combate dos revolucionários também divergiam da guerra convencional e principalmente a Arma Psicológica ⁵⁹. O manual C 100-20 entende que os revolucionários, em sua luta para tomada do poder, não recusam ações bélicas, mas dão preferência para as ações psicológicas, cuja finalidade:

[...] relativamente à população civil, pode ser resumida como sendo a conquista da população para implantar a nova ordem revolucionária. Com relação ao governo e às Forças Armadas, trata-se de enfraquecê-los, de conseguir a sua subdivisão e,

⁵² *Ibidem*, p.5.

⁵³ *Ibidem*, p.4.

⁵⁴ *Ibidem*, p.17.

⁵⁵ *Ibidem*, p.4.

⁵⁶ *Ibidem*, p.3.

⁵⁷ *Ibidem*, p.27.

⁵⁸ *Ibidem*, p.5.

⁵⁹ *Ibidem*, p.1.

eventualmente deserções ou defecções; de qualquer modo, trata-se de desmoralizá-los e antagonizá-los com a população.⁶⁰

A principal arma na guerra psicológica era a propaganda. Segundo a compreensão dos militares os revolucionários, para alcançar a população, utilizavam-se dos anseios comuns da sociedade, como o temor do desemprego, a perda de renda, desigualdades sociais. Apropriando-se dessas reivindicações e aproximando-se do povo, procuravam afastá-lo das autoridades afirmando que os problemas sociais eram fruto do governo. Para divulgar a propaganda, os revolucionários utilizavam-se de diversos meios, como panfletagem, uso dos sindicatos, radiodifusão, jornais, já que [...]. Cumpre salientar como o mais eficaz a propaganda verbal, feita sob orientação das próprias organizações de base ⁶¹. A partir disso pode-se tentar interpretar o desenvolvimento da lógica de censura do regime militar. A interdição da livre circulação de informações não se deu simplesmente para o controle das manifestações da população, mas para coibir a chegada de propaganda comunista para essa população.

É interessante saber que na Guerra Revolucionária ocorreria a política sobre a militar [...]. Isto significa que a condução das ações cabe ao grupo político (PC⁶²) e que os objetivos são essencialmente políticos; a ação militar não é senão uma alternativa, logo, complementar na luta global ⁶³.

Em um conflito convencional, as operações de guerra ficam a encargo de um comando militar, que decide todas as estratégias e táticas a serem tomadas; as decisões são da alçada militar, como abertura de frentes de combate, tropas a serem enviadas e objetivos a serem alcançados. Na condução da revolução não existe um grupo militar no comando das operações de guerra, mas uma liderança política, que toma as decisões, sendo um conflito de políticos, não de generais.

Ao longo do manual surgem diversos apontamentos sobre o risco representado pelo comunismo aos países democráticos. Já no primeiro parágrafo está explícito o maniqueísmo com o qual os militares enxergavam o mundo: -se com duas grandes correntes ideológicas, o comunismo e a democracia, as quais colocam seus adeptos em

⁶⁰ *Ibidem*, p.45.

⁶¹ *Ibidem*, p.50.

⁶² Partido Comunista.

⁶³ BRASIL, 1968, *Op. cit.*, p.17.

posições antagônicas ⁶⁴. Reconhecia-se assim que na Guerra Fria: primeiro, a luta era ideológica; segundo, o Brasil não era neutro; terceiro, o inimigo do Brasil e do mundo ocidental era o comunismo; quarto, que o Brasil, sendo uma nação ocidental, conseqüentemente era uma nação democrática. Assim:

É necessário, antes de mais nada, que os chefes – principalmente os dos escalões mais baixos, que mantêm contato direto e permanente com os soldados e graduados – tenham consciência do valor da Democracia, para que este mesmo valor possa ser inculcado nos subordinados e prevalecer em comportamentos posteriores ao tempo de serviço militar.⁶⁵

Mas como é possível que, em outubro de 1968, às vésperas do Ato Institucional nº 5, os militares se reconhecessem como democráticos? Por mais contraditório que pareça, as Forças Armadas valorizavam a democracia, sempre grafada em maiúsculo, mostrada como uma ideologia nobre, diferentemente de seu oponente, o comunismo, sempre grafado com letra minúscula, mostrado como vulgar e abaixo da democracia. A citação também mostra que o próprio serviço militar fazia parte da doutrina de contra insurgência. Como os soldados servindo nas Forças Armadas eram os futuros pais de família do Brasil, planejava-se que os valores adquiridos durante o serviço militar persistissem na vida civil do soldado que dava baixa⁶⁶, criando coesão social e vigilância constante da população contra a infiltração comunista. Como o manual não era para divulgação pública, mas de circulação restrita, pode-se supor que a crença num estado democrático sob o controle autocrático militar não era uma peça de propaganda do regime para a população, mas algo que, aparentemente, era de fato crível pelos militares. Ou seja, as Forças Armadas supunham que seu governo era democrático, e a luta contra o comunismo era pela defesa dessa democracia.

Para tentar compreender tal raciocínio contraditório, de como um regime autoritário se considerava democrático, é preciso analisar o conceito de democracia presente no manual. Assim:

filosófica, nasceu às margens do Mediterrâneo. Atenas, Jerusalém e Roma constituíram os três pilares básicos sobre os quais se assentam a cultura e a mentalidade ocidental ⁶⁷. O Brasil, como

⁶⁴ *Ibidem*, p.1.

⁶⁵ *Ibidem*, p.109.

⁶⁶ Baixa, no jargão militar, significa a saída do soldado do serviço militar da ativa, sendo transferido para a reserva, e de volta à vida civil.

⁶⁷ *Ibidem*, p.109.

os demais países ocidentais, seria herdeiro do legado jurídico de propriedade privada de Roma, do pensamento filosófico grego e da tradição judaico-cristã, em contrapartida à ideologia comunista, alienígena, oriental (russa e chinesa), coletivista e ateia. Mas esses princípios democráticos podiam (e deveriam) se adaptar às circunstâncias já que a democracia não é uma ideia rígida, estratificada, impermeável. O ideal democrático, ainda que sempre fiel aos seus princípios, tem evoluído a fim de se adaptar à conjuntura histórica ⁶⁸. Para enfrentar a expansão comunista a democracia brasileira, na ótica militar, precisou se adaptar para enfrentar a ameaça. Pode-se conjecturar que os militares brasileiros compreendiam o *ethos* da democracia como cristão e defensor da propriedade privada, e não necessariamente, da participação popular na política pelo voto direto. É necessário lembrar que conceitos, como democracia e liberdade, têm historicidade, tendo interpretações diferentes conforme o período e grupo social.

Na ótica militar, justificava-se a intervenção e manutenção do regime para salvar o modo de vida ocidental, pois a sociedade civil não tinha capacidade de se defender da ameaça comunista. Dessa forma, segundo Martins Filho:

[...] um dos pressupostos fundamentais da doutrina francesa era a idéia de que, se o controle das informações é o elemento decisivo da guerra revolucionária, seria impossível combater esse tipo de inimigo sem um comando político-militar unificado. Assim, essa doutrina entra no campo das relações civis-militares. Ao fazê-lo, não hesita em afirmar que, se a sociedade democrática é incapaz de fornecer ao Exército o apoio necessário, então seria preciso mudar a sociedade, não o Exército.⁶⁹

Destarte pode-se pensar que a manutenção do regime capitaneado pelas Forças Armadas poderia ser interpretada como uma maneira de salvar a sociedade brasileira da infiltração comunista, já que a devolução do poder aos civis aumentaria o risco do sucesso da revolução marxista no país, risco que os militares não poderiam correr.

Conclusões

A Guerra Fria promoveu a bipolarização ideológica do planeta a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Além do campo ideológico, outras áreas foram influenciadas e tiveram interferência das superpotências, que travaram embates de caráter político e militar. Os Estados Unidos lideraram o bloco capitalista, hegemônico no Ocidente e Japão. Já a União Soviética, sob

⁶⁸ *Ibidem*, p.111.

⁶⁹ MARTINS FILHO, 2008, *Op. cit.*, p.-41.

o comando do Partido Comunista, liderava o bloco socialista, controlando a Europa Oriental e influenciando diversos movimentos revolucionários na Ásia, África e América, principalmente em Cuba, com vitória da revolução socialista liderada por Fidel Castro.

Nesse ambiente de pós-guerra, além da bipolaridade político-ideológica, pairavam os problemas relacionados à descolonização, bem como à oposição entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Neste contexto, o Brasil e a América Latina alinharam-se à força hegemônica norte-americana, do ponto de vista político, econômico e cultural, não de forma espontânea, mas decorrente da tentativa de alinhar os países latino-americanos com a geopolítica norte-americana, para enfrentar a ameaça da expansão comunista oriental.

Na instabilidade da conjuntura nacional do início da década de 1960, as bases das legendas ideológicas em tensões políticas prenunciavam embates entre os grupos de poder. A proposta reformista de Jango e sua aproximação com grupos de esquerda, além das medidas econômicas nacionalistas, pretendendo um Estado mais forte, desagradou os grupos conservadores. Mesmo não havendo evidências da intenção de se criar um governo socialista, as circunstâncias da bipolarização levaram os militares ao poder.

Com a ascensão dos militares em 1964, as diretrizes políticas alinharam-se estritamente ao bloco capitalista, com o enfretamento objetivo aos movimentos de esquerda. Já sendo incorporada pelo Exército, ainda em fins dos anos 1950, a técnica de combate à guerrilha ganha ações mais diretas e efetivas durante a década de 1960. No comando político da nação, os militares instituíram diretrizes ideológicas como forma de conter o movimento político guerrilheiro de caráter marxista. Com base, sobretudo, na escola militar francesa, o Exército Brasileiro formulou seu arcabouço político, ideológico e prático de contra insurgência, sistematizando suas ações, até mesmo com elaboração de manuais de orientação de contraguerrilha. O estudo das fontes militares desse período pode auxiliar na compreensão desse período assim como das formas de pensamento que imperavam na caserna.

A principal fonte apresentada neste trabalho, o manual C 100-20, pode auxiliar na compreensão da reação que surgiu às contestações sociais contra o regime militar, no ano de 1968.

Referências bibliográficas

Fontes

BRASIL. Ministério do Exército. *Manual de campanha: Guerra Revolucionária*. Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 1968.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. *Boletim do Exército nº 29/2003*. Brasília: Ministério da Defesa, 2003.

_____. Ministério da Defesa. Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais. *Doutrina Militar de defesa*. 2ª. ed. Brasília: Ministério da Defesa, fev. 2007.

_____. Estado Maior das Forças-Armadas. Fragoso, A. *Introdução ao estudo da guerra revolucionária*. Rio de Janeiro: Estado Maior das Forças-Armadas, 1959. Disponível em <http://www.arqanalagoa.ufscar.br> (Acesso em março de 2016).

Livros

CHIRIO, M. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COMBLIN, J. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DUARTE-PLON, L. *A tortura como arma de guerra: da Argélia ao Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

NAPOLITANO, M. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

STONE, L. *Causas da revolução inglesa: 1529-1642*. Bauru: EDUSC, 2000, pp. 37-70.

Capítulos

MARTINS FILHO, J. R. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SHY, J.; COLLIER, T. W. Guerra Revolucionária. In: PARET, Peter. *Construtores da estratégia moderna*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

Periódicos

ARAÚJO, R. N. L-art français de la guerre. Transferts de la doctrine de la guerre révolutionnaire au Brésil (1958-1974). *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, n. 70, pp. 39-58, 2012.

ARAÚJO, R. N.; MARIN, R. Guerra Revolucionária: afinidades eletivas entre oficiais brasileiros e a ideologia francesa (1957-1972). In: D _____; et al. (Orgs). *Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas* I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED). Campinas: Mercado das Letras, 2008.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, pp. 29-60, 2004.

GOMES, A. C. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 18, n. 28, pp. 55-68, dez. 2002.

MARTINS FILHO, J. R. As políticas militares dos EUA para a América Latina: 1947-1989. *Teoria & Pesquisa*. São Carlos, v. 1, n. 46, pp. 105-139, 2005.

MARTINS FILHO, J. R. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, pp. 39-50, jun. 2008.

NAPOLITANO, M. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica. *Contemporânea*, Montevideo, v. 2, n. 2, pp. 209-217, 2011. Disponível em <http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2012/07/Napolitano.pdf> (Acesso em abril de 2017).

OLIVEIRA, A. M. O pensamento geopolítico na construção da doutrina das Forças Armadas brasileiras (1945-1964). In: *Anais Eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História*, Florianópolis, 2015, pp. 1-22.

TINTO, D. R. *Deterrence e Détente: uma breve discussão metodológica*. *Polímnia*, Lisboa, v. 1, n. 2, 2011, pp. 27-35. Disponível em http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427431512_ARQUIVO_ADRIANOtexto-anphu-Copia.pdf (Acesso em setembro de 2016).